

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL,
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Do Sr. Ivan Valente e Da Sra. Talíria Petrone)

Requer a realização de Seminário pós-29ª Conferência das Partes (COP 29) da Convenção-Quadro de Clima das Nações Unidas em conjunto na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Legislação Participativa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Seminário conjunto na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo como objetivo debates profícuos acerca da 29ª Conferência das Partes (COP29), da Convenção-Quadro de Clima das Nações Unidas, realizada entre 11 e 22 de novembro de 2024, em Baku, no Azerbaijão.

Para tanto, gostaríamos de sugerir os convidados a seguir:

1. Instituto Talanoa
2. Plataforma Cipó
3. CONJUCLIMA
4. Juliano Medeiros - Diretor-Executivo do Instituto Unidos Pelo Futuro/ SP
5. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)



6. Instituto Alana
7. Rede Vozes Negras pelo Clima
8. Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Secretária Ana Toni;
9. Representante do Ministério de Relações Exteriores - Embaixadora Liliam Beatris Chagas de Moura;
10. Representante do Ministério dos Povos Indígenas.
11. Representante da Força Tarefa de Clima do G20 - Embaixadora Tatiana
12. Rosito (Secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda).
13. Representante do Ministério da Igualdade Racial.

JUSTIFICAÇÃO

As Conferências das partes (COPs)¹, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) ocorrem anualmente desde 1995 e buscam unir o mundo em ações eficazes para conter o aquecimento global. Essas reuniões resultam em compromissos internacionais como o Protocolo de Quioto (de 1997, vigente de 2005 a 2020) e o Acordo de Paris (de 2015, vigente desde 2016).

No âmbito nacional, a agenda de enfrentamento à mudança do clima deve trabalhar em colaboração com as políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental para o Brasil. Alguns dos desafios atuais são a descarbonização das atividades econômicas, com vistas à neutralidade climática em 2050 (emissão líquida zero de gases de efeito estufa), e a proteção de nossa população frente aos já perceptíveis eventos climáticos extremos.

Para que essa transição traga justiça climática, é preciso incluir as populações em situação mais vulneráveis na discussão e no foco de ação das políticas públicas, em termos de moradia, alimentação, renda, entre outros.

¹ <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima>



A crescente importância da pauta climática pressiona por maior integração de políticas federais e uma governança cada vez mais efetiva e inclusiva, com participação de estados, municípios, sociedade civil, pesquisadores e setor privado.

Durante a 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), líderes de 198 países e da União Europeia terão como focados delinear soluções que viabilizem práticas sustentáveis, como o fim da emissão de gases do efeito estufa e a adaptação aos impactos da mudança climática. Desde 1994 que a COP é a maior e mais importante conferência sobre o clima. Os 197 Estados-membros (ou “partes”) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) representam quase todos os países do mundo.

Durante a (COP29), no Azerbaijão, autoridades de cerca de 195 países terão como objeto de discussão frear a crise climática e fazer com que a meta de aquecimento global de até 1,5°C seja cumprida. A temperatura média do planeta em 2023 foi a mais alta dos últimos 125 mil anos².

O financiamento climático deve ser um dos assuntos mais importantes na pauta da (COP29), a exemplo do que aconteceu na (COP28), em Dubai. Isto porque muitos países dependem de iniciativas externas para o financiamento de suas ações de mitigação das mudanças climáticas. Os mecanismos de financiamento mistos (blended finance), desta vez, devem ser mais discutidos. A governança e a regulação do sistema financeiro também deve ser um dos assuntos da COP29, uma vez que os fundos de financiamentos climáticos devem ser operados de forma transparente, com o intuito de incentivar novos investimentos.³

Uma parceria firmada em fevereiro de 2024, em Dubai, entre Brasil, Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão, tem como objetivo assegurar o cumprimento das (novas) Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), na prática significa que os 198 países-membros da convenção do clima devem apresentar em 2025, durante a (COP30), que acontecerá no Brasil, não somente as metas climáticas, mas também ações que contemplem a prática das suas contribuições, com observância ao

2 <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/financiamento-climatico-sera-discutido-na-cop29/>

3 https://www.alemdaenergia.engie.com.br/cop-29-conferencia-do-clima-azerbajao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA88a5BhDPArisAFj595g-SG-euZ19FDf9I1otlELBhZDxlAGVqCdqG1-elAyRTspDWrXybO0aAngkEALw_wcB



incentivo de cooperação internacional na Missão 1,5°C, promovendo uma série de reuniões políticas para avaliar as barreiras ao desenvolvimento das NDCs, para garantir as NDCs sejam colocadas em prática em 2025, frente a apresentação de ações que tenham como o objetivo o cumprimento da meta de aquecimento global de até 1,5°C⁴.

Com efeito, a importância desse evento pode ser vista no tamanho da delegação brasileira que compareceu na (COP28), sendo a maior comitiva do evento organizado pela ONU. Em 2023, a seleção brasileira contava com 1.337 pessoas: políticos, organizações não governamentais, assessores técnicos e profissionais de mídia, membros e representantes de governos municipais e estaduais, dos poderes legislativos e judiciários, além de empresários, ativistas, acadêmicos dentre outros interessados no desafio das mudanças climáticas. Dentre essas pessoas, cerca de 400 representantes do Governo Federal também foram à cúpula.⁵

Resta incontroverso portanto, que a 29ª Conferência das Partes (COP29), da Convenção-Quadro de Clima das Nações Unidas, realizada em Baku, no Azerbaijão, deve ser será objeto de debates profícuos, visando o buscar os melhores caminhos a serem permeados, buscando soluções para crises climáticas, estabilização emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e, assim, e ao sistema climático da Terra, cada vez mais evidente nos últimos tempos.

Não podemos olvidar que a crescente importância da pauta climática pressiona por maior integração de políticas federais e uma governança cada vez mais efetiva e inclusiva, com participação de estados, municípios, sociedade civil, pesquisadores e setor privado.

Medidas como a reformulação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM); a elaboração de um Plano Clima que oriente e impulse a mitigação e a adaptação no país até 2035; o aumento da participação social; a redução do desmatamento na Floresta Amazônica; e a disponibilização de recursos pelo Fundo Clima são exemplos das diversas iniciativas em andamento para que em 2025 o Brasil

4 https://www.alemdaenergia.engie.com.br/cop-29-conferencia-do-clima-azerbajao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA88a5BhDPArisAFj595g-SG-euZ19FDf9I1otlELBhZDxlAGVqCdqG1-elAyRTspDWrXybO0aAngkEALw_wcB

5 <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2023/12/representacao-do-governo-brasileiro-na-cop-28-contou-com-cerca-de-400-pessoas>



possa cumprir metas e possa sediar em Belém/PA, localizado no bioma amazônico, que abriga uma das maiores biodiversidades do mundo e cuja conservação é crucial para o equilíbrio do clima no planeta Terra⁶.

Portanto, resta imperioso promover este debate profícuo acerca da 29ª Conferência das Partes (COP29), da Convenção-Quadro de Clima das Nações Unidas, a ser realizada entre 11 e 22 de novembro de 2024, em Baku, no Azerbaijão, ao desafios a serem enfrentados durante a Conferência, além da urgência de ações de contenção das mudanças climáticas e das opções de financiamento para a crise climática global, dialogando com a política do país, e com parlamentares que possam se preparar e garantir uma participação estratégica, responsável, com debates profundos e assertivos no campo da (COP30).

Diante da importância do tema e da pertinência temática em relação a esta comissão, é que solicito o apoio dos nobres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2024.

Deputado Ivan Valente
PSOL/SP

Deputada Talíria Petrone
PSOL/RJ

⁶ <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima>

